

CLÁUDIO MÁRCIO MAGALHÃES, IZABELLA FONSECA
COSTA & LUIZ CLÁUDIO FRANÇA SANTOS MAGALHÃES

A TV EDUCATIVA BRASILEIRA É EDUCATIVA? UM ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE TVE E ESCOLAS LOCAIS

*LA TV EDUCATIVA BRASILEÑA ES EDUCATIVA?
UN ESTUDIO DE LAS RELACIONES ENTRE TVE Y
ESCUELAS LOCALES*

*THE BRAZILIAN EDUCATIONAL TV IS
EDUCATIONAL? A STUDY OF THE RELATIONSHIP
BETWEEN TVE AND LOCAL SCHOOLS*

Recebido em: 29 jun. 2016

Aceito em: 06 set. 2016

Cláudio Márcio Magalhães: Centro Universitário UNA (Belo Horizonte-MG, Brasil)
Docente do Centro Universitário UNA. Doutor em Educação, mestre em Comunicação Social e jornalista pela UFMG.

Contato: claudiomagalhaes@uol.com.br

Izabella Fonseca Costa: Centro Universitário UNA (Belo Horizonte-MG, Brasil)
Graduanda em Jornalismo Multimídia do Centro Universitário UNA e estudante em Iniciação Científica como bolsista FAPEMIG.

Contato: izabellacosta26@gmail.com

Luiz Cláudio França Santos Magalhães: Centro Universitário UNA (Belo Horizonte-MG, Brasil)
Graduando em Sistema de Informação do Centro Universitário UNA e estudante em Iniciação Científica como bolsista FAPEMIG.

Contato: luzclaudio.1704@gmail.com

ISSN (2236-8000)

políticas de comunicação

RESUMO

A Televisão Educativa Brasileira (TVE) tem cerca de meio século de existência. São centenas de emissoras espalhadas pelo país, mas sua história tem muito de televisão e pouco de educação. Este artigo é o resultado de uma ampla pesquisa que se propôs a investigar as relações entre essas TVs e as principais representantes da educação nas cidades onde trafegam seus sinais: as escolas. Para isso, o estudo foi feito em Minas Gerais, no Brasil, estado federativo que concentra o maior número de TVE do país. Foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, observação participativa e aplicação de questionários em 33 TVs e 495 escolas. Como resultado, o que se vê é um grande distanciamento entre as instituições e, principalmente, no que julgam ser educativo. Propostas finalizam o trabalho, na expectativa de oferecer pontes que diminuam o abismo entre TVE e escola.

PALAVRAS-CHAVES: TVE. Educação; Comunicação; Escolas; Brasil.

RESUMEN

La televisión educativa brasileña (TVE) tiene cerca de medio siglo de existencia. Cuenta con cientos de emisoras en todo el país, pero su historia tiene mucho de TV y poco de educación. Este artículo es el resultado de una extensa investigación que tuvo como objetivo investigar la relación entre estas emisoras de televisión y los principales representantes de la educación en las ciudades donde sus señales llegan por todas partes: las escuelas. Para ello, el estudio se realizó en Minas Gerais, en Brasil, estado federativo donde se concentra el mayor número de TVE del país. Se utilizó investigaciones bibliográficas y documentales, la observación participante y cuestionarios a 33 televisores y 495 escuelas se llevaron a cabo. Como resultado de ello, lo que se ve es una gran brecha entre las instituciones y sobre todo de ellos creen que sea educativo. Propuestas finalizan el trabajo, con la esperanza de ofrecer puentes que reducen la brecha entre TVE y la escuela.

PALABRAS-CHAVES: TVE. Educación; Comunicación; Escuelas; Brasil.

ABSTRACT

The Brazilian educational television is about half a century old. There are hundreds of networks throughout the country, airing mostly usual television and very little of education. This paper is the result of a broad research aiming to investigate the relations between these TVs and the main educational institutions in Brazil: the schools. The study took place in Minas Gerais, Brazil, state which has the highest number of educational TVs in the country. Encompasses both bibliographical and documental researches, participant observation and interviews with 33 TVs and 495 schools. As results, it is visible the gap between the institutions and what they believe to be educational. The work ends in proposals aiming to reduce the gap between educational TV and school.

KEYWORDS: Public TV; Education; Communication; Schools; Brazil.

INTRODUÇÃO

O Brasil tem 236 televisões educativas (TVE) em seu Plano Nacional de Outorgas¹. São canais de televisão, em resumo, para fazer o que seu próprio nome diz: serem educativos. Sua história está ligada ao governo militar e às barganhas político-partidárias dos governos democráticos que sucederam a ditadura (VALENTE, 2009). Essa trajetória, no entanto, tira-lhe o valor? Certamente que não, dadas as também boas histórias que cercam as quase cinco décadas, histórias grandiosas, como da TV Cultura de São Paulo e TVE do Rio de Janeiro, que, mesmo com dificuldades, emplacaram programas e períodos memoráveis ao telespectador brasileiro. Mas também as pequenas histórias das pequenas emissoras locais, muitas delas a única fonte de informação audiovisual daquela comunidade. No entanto, este trabalho não se propõe a fazer um resgate histórico dessas emissoras, mas de partir da sua gênese nominal para entender se faz jus a sua alcunha: afinal, as TVE são educativas?

O primeiro problema para se responder à pergunta é saber sob qual aspecto se pretende respondê-la. Ora, sendo educação um termo tão amplo, e de tantas e diferentes abordagens, quem poderia dar o foco? Poder-se-ia estudar a programação a partir dos pensadores que tratam a educação ou mesmo um estudo de recepção, mediado por uma discussão sobre as percepções que esclareçam o processo pedagógico. Mas, embora sejam abordagens sedutoras e que prometem uma investigação elucidada, a proposta desta pesquisa quis ouvir os agentes dessa relação. Portanto, para responder se suas televisões locais são educativas, foi-se escutar os representantes das TVs e das escolas. O objetivo era perceber se há uma conexão entre aqueles que devem ser educativos com sua produção audiovisual e aqueles outros que produzem diretamente o educar.

Para isso, foram alvos da investigação 56 TVEs em seus respectivos municípios no estado de Minas Gerais, assim como foram enviados questionários a 495 escolas públicas dessas cidades. Os procedimentos metodológicos envolveram pesquisa bibliográfica sobre os aparatos teóricos e históricos da TVE brasileira; pesquisa documental e netnografia; entrevistas por telefone e envio de questionários com questões abertas e fechadas pelo correio e retorno via internet para as emissoras; assim como envio de questionário com questões abertas e fechadas para as escolas também via internet.

Como resultado, no que condiz com a investigação teórica, a pesquisa quer contribuir com uma classificação mais ampla dos vários tipos de TVE brasileiras, quebrando o paradigma de que são todas iguais. No campo empírico, o resultado das vozes das emissoras e das escolas mostrou que há um curioso distanciamento entre TVE e escolas no que tange à sua interpretação de educação, mas uma interessante convergência, quando se pensa o processo educativo, ao se levar em conta que a informação tem seu valor pedagógico. Por fim, algumas sugestões dos educadores.

A TELEVISÃO EDUCATIVA BRASILEIRA: PROPOSTAS DE CLASSIFICAÇÃO

A presente pesquisa dividiu-se em dois momentos. O primeiro foi

¹ SISCOM – Serviços Comunicação de Massa/ Consulta Planos Básicos de Radiodifusão: Plano Básico TV/ RTV/TVA/TVD: Disponível em: <http://sistemas.anatel.gov.br/siscom//ConsPlanoBasico/default.asp> Acesso em: 29 ago. 2016.

uma tentativa de se classificar a diversidade em que se encontra a dita TV Educativa Brasileira, quando prestes, em 2017, a completar seus 50 anos. O resultado deste estudo demonstrou que, ao contrário da TV comercial, a diversidade e a imaginação são a tônica da TVE (MAGALHÃES; COSTA; MAGALHÃES, 2016).

De TV 'chata', 'chapa-branca' ou 'cultural, mas mais lida do que assistida', as TVs educativas tiveram um crescimento que foge ao convencional. Definitivamente, o índice de audiência não pode ser considerado uma métrica de sua importância, dado que seu interesse é público, não comercial. Ou seja, produz e transmite programas que devem cumprir uma política social e não que forneçam espaços publicitários que remunerem seus investidores. O que não quer dizer que não deve ser vista, que não tenha que se preocupar em conseguir sua própria audiência, pois nada adiantaria se não houvesse quem assistisse. Mas há uma inversão de missão: a TV comercial é feita para os anunciantes, dado que seu modelo de negócio depende deles. A audiência não é o objetivo principal (que é vender anúncios publicitários), embora seja de grande importância para a atratividade do mercado financeiro. Já a TV educativa é feita para o interesse público, que nem sempre é coincidente com o mercado publicitário.

O trabalho propôs-se classificar, de alguma maneira, as TVE brasileiras, no sentido de melhor reconhecimento e abordagem para futuras investigações. Uma divisão por gestão, tanto por configuração jurídica como por objetivo de programação, mas outros critérios ainda podem ser utilizados, como propor uma divisão a partir da abrangência, com divisões nacional, regionais e locais (Quadro 1). O importante é notar a diversidade das emissoras existentes e também a sua potencialidade de crescimento.

Quadro 1: Tipologia de TV Educativa por critério

Critério	Tipos de TV	Divisões
Gestão	Geradores estatais	Educativas Federais Educativas Estaduais Educativas Municipais Educativas Universitárias
	Educativas Diversas	Educativa Filantrópica Educativa Religiosa Educativa Político-Partidária Educativa Empresarial Educativa Universitária Privada Educativa Sindical
Transmissão	Radiodifusão	Educativa Comercial Educativa Pública Educativa Estatal
	Acesso condicionado - TV paga (DTH - Satélite, Cabo, MMDS)	Canal Universitário Canal Comunitário Canal Educativo Canal Legislativo Canal Executivo Canal Judiciário
	Internet (Vídeo sob demanda, IPTV, OTT, sites de compartilhamento de vídeo)	WebTV Canal YouTube, Vimeo, etc. Página Institucional

	Circuito Interno	Canal Intranet Canal Institucional Mídia Ambiental (lanchonete, salas de espera, serviços de atendimento) Repositório de Conteúdos
Concepção	Mídia Pública	Elitista Estatal Educativa Alternativa Culturalista Pública não estatal
	Mídia Comercial	Institucional Propagandística
Programação	Própria	Educativa
	Em rede	Mista
	Mista	
Público-Alvo	Generalista	Educativa Aberta Educativa Fechada Educativa Mista
	Segmentada	Para crianças e/ou jovens Para educadores

Fonte: Magalhães; Costa; Magalhães, 2016.

A PESQUISA: METODOLOGIAS E MINAS GERAIS COMO CAMPO DE ESTUDO

O estudo contou com uma variedade de estratégias metodológicas (Quadro 2). No segundo momento da pesquisa, no qual se centra este trabalho, foi-se a campo. Optou-se por estudar em Minas Gerais por ter uma característica única no país: de acordo com a Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações², o estado detém 26% de todas as outorgas previstas de TVEs brasileiras. Um terço a mais do que São Paulo, o segundo estado em emissoras educativas. O desequilíbrio é tal que os números de Minas Gerais representam 90% da soma das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e 42% acima de toda a região Sul.

² SISCOM – Serviços Comunicação de Massa/ Consulta Planos Básicos de Radiodifusão: Plano Básico TV/ RTV/TVA/TVD: Disponível em: <http://sistemas.anatel.gov.br/siscom//ConsPlanoBasico/default.asp> Acesso em: 29 ago. 2016.

Quadro 2: Metodologias aplicadas

Metodologia	Objetivo
Pesquisa Bibliográfica	Revisão referencial sobre TVE
Pesquisa Documental	Apuração das listas de TVE da Anatel e Amirt
Pesquisa Documental	Depuração das listas via informações na internet
Entrevistas por telefone	Depuração das listas e aplicação de entrevista semiestruturada nos produtores das TVE
Questionário	Envio pelo correio para aplicação de questionário quanti-quali para os produtores das TVE

Pesquisa Documental	Seleção das Escolas participantes através de lista da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais
Questionário	Aplicação de questionário via internet nos educadores de escolas das cidades com TVE que responderam aos questionários específicos

Fonte: Elaborado pelos autores.

Mas esses dados não necessariamente representam um número exato de emissoras educativas, e muito menos se existem e estão em funcionamento, como se constatou ao longo da investigação. A organização burocrática dessas emissoras foi se perdendo ao longo do tempo, as informações são truncadas e mesmo os departamentos públicos responsáveis, quando consultados, não oferecem garantias.

Assim, a primeira atividade foi concretizar um rol de TVEs no estado, o mais factível possível, inicialmente na Anatel – que é quem deveria fiscalizar o segmento – e na Amirt – Associação Mineira de Rádio e Televisão. As páginas do Ministério das Comunicações e da ABTU – Associação Brasileira de Televisão Universitária também foram consultadas para confirmar ou aprimorar dados.

A lista da Anatel pecava por dar ênfase às questões técnicas, mas que pouco ajudavam a esclarecer sua identidade, já que raramente a razão social da mantenedora era coincidente com o nome fantasia da emissora. Outra desconfiança é a sua desatualização, pois se foi capaz de encontrar emissoras cassadas pelo Ministério das Comunicações, mas ainda na lista da Anatel.

A seleção da associação mineira era ainda mais deficiente, pois concentrava apenas as associadas. Mas a sua relação com a lista da Anatel já serviu para confirmar algumas emissoras, ao mesmo tempo em que se somavam outras para futuro reconhecimento. As buscas na internet auxiliaram em algumas confirmações, embora boa parte das TVEs não tenha sítios, ou quando o tem, são incompletos e não geram confiança nas informações.

Ao final, restaram, nesse terceiro lote (os primeiros haviam sido levantados na primeira etapa da pesquisa), 56 TVEs. Um resultado expressivo, suficiente para a finalização da investigação pretendida. Em uma nova etapa, buscaram-se novas referências comprobatórias do funcionamento dessas emissoras, utilizando pesquisas na internet, telefonando para os contatos existentes nas listas anteriores e enviando correspondência com solicitação de retorno. Dessa maneira, uma quarta e última lista foi apurada e finalizou-se em 33 TVs que, efetivamente, estavam em funcionamento. Mas fica a impressão de que as TVEs são pouco transparentes, sem que a sociedade saiba quem são e onde estão ao utilizar esse patrimônio público.

O segundo momento foi buscar informações primárias. Nesse sentido, dois movimentos, sendo o primeiro uma tentativa de contato telefônico e, posteriormente, o envio de questionários semiestruturados com as mesmas questões da entrevista oral. O mesmo aconteceu com os questionários

enviados pelo correio, parte voltando por problemas no endereço, parte confirmando a entrega da correspondência, mas sem retorno por parte da emissora.

Das 56 possíveis emissoras listadas inicialmente, sobraram, portanto, 33 com certeza de funcionamento. Destas, 17 emissoras retornaram com dados, 30% da lista inicial, mas 51,5% das em funcionamento, o que, ao final, tornou-se um número representativo. As cidades onde se localizam as emissoras eram variadas em região do Estado e população, não formando um padrão. Para aquelas emissoras que responderam, o formulário, ao que parece, foi considerado um documento delicado, haja vista que 15 dos respondentes eram diretores ou gerentes.

A Rede Minas, a TV estatal do estado, é a cabeça-de-rede³ de quase a totalidade das emissoras, sendo que a única que não tem programação local retransmite sua programação na íntegra. Uma emissora retransmite a programação da TV Horizonte, ligada à Igreja Católica de Belo Horizonte e outra não citou à qual está afiliada. Na programação local, foi declarada a existência de 57 programas locais, o que daria uma média de 3,5 por emissora. Mas há desde aquelas que produzem apenas um programa àquela que produz oito, outra nove e a recordista que produz 11 programas próprios. Tudo certamente dependerá do tipo de gestão da emissora, algo que não é objeto de estudo deste trabalho.

Quanto ao gênero dos programas, os telejornais dominam a programação. Mais de um em cada três programas é um telejornal e, se somados os programas de entrevistas e de debates, mais de 50% das produções têm como foco a informação factual. Percebe-se, portanto, uma preocupação, quando da produção local, de priorizar a informação como, talvez, a sua missão principal. Como o telejornalismo é um dos gêneros televisivos que mais demanda recursos humanos e financeiros, vê-se que o investimento dessas pequenas emissoras é escolhido com cuidado e parcimônia, a ponto de, inclusive, ser a escolha daquelas que optaram pela produção única. Provavelmente a produção esgota os poucos recursos, mas ainda é a primeira opção.

A produção local em telejornalismo é a principal atração para a audiência local, pois, conforme Vizeu (2008), serve como referência para o público massivo e heterogêneo, que reconhece a extensão da sua identidade, a atuação social e o seu cotidiano. O local, portanto, faz a diferença. Mesmo com a obrigatoriedade da legislação⁴, que determina um mínimo de 5% do tempo da programação para 'serviço noticioso', essa cota já é facilmente cumprida pela cabeça-de-rede, já que a legislação não determina de onde devem ser as notícias. Em diagnóstico setorial em 2006, constatou-se que "todas as emissoras [educativas e públicas] possuem programas jornalísticos locais, informativos ou de debates" (I FÓRUM, 2006: 47).

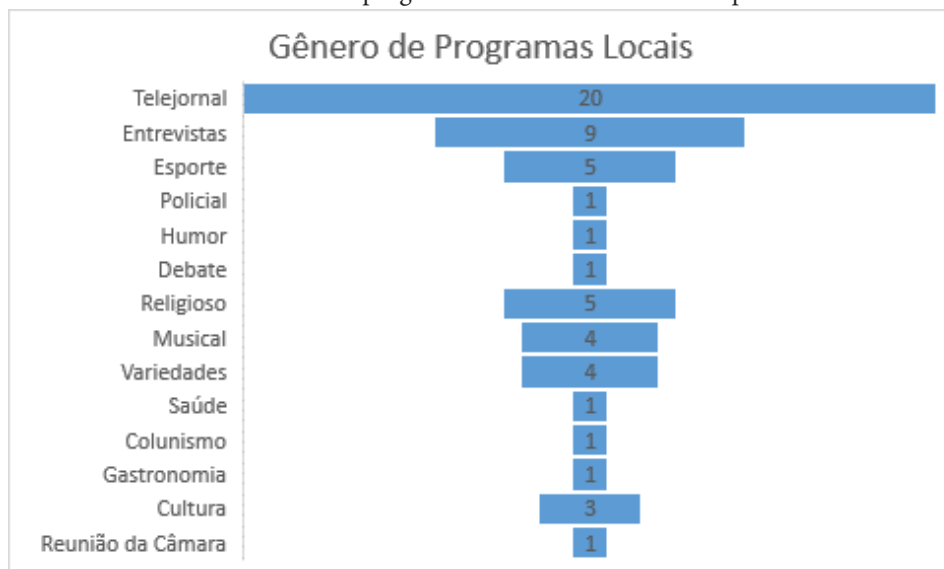
Em uma escala intermediária, aparece a produção de programas de esportes, musicais e culturais, assim como religiosos (Gráfico 1). Os programas religiosos têm sido vistos como uma questão polêmica, uma vez que se trata de uma concessão pública e, como tal, deveria ser laica. Não se trata de estender esse debate aqui, mesmo porque está em números medianos, estatisticamente o destaque é mesmo para o telejornal e os programas informativos. Por fim, uma das emissoras transmite a

³ Principal emissora de uma rede de radiodifusão, geralmente regional, estadual ou nacional.

⁴ Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4117.htm

reunião da Câmara Municipal, uma iniciativa que publicita parte das atividades dos representantes públicos. Nesse sentido, a emissora está em consonância com a sua responsabilidade pública ao dar visibilidade a uma ocasião geralmente afastada do cotidiano da população, o que pode ajudar sobremaneira na inserção política dos cidadãos.

Gráfico 1: Gêneros de programas locais das emissoras respondentes



Fonte: Dados da pesquisa.

Quando perguntados se acreditavam que os seus programas eram educativos, os representantes das emissoras pesquisadas não tiveram muitas dúvidas. 15 dos 16 que produzem programas locais acreditam que sim, sendo que apenas um considerou que “estes programas não são considerados educativos e sim informativos”. E grande parte das respostas considera que independe do gênero do programa para ser educativo. Na realidade, a noção que os representantes têm é que a transmissão de informações locais já carrega em si um potencial educativo, pois os programas tentam “levar informações úteis para a população”. A programação local, portanto, “tem o caráter de ajudar as pessoas em seu desenvolvimento social, cultural, educativo e de saúde”. Há peculiaridades, como as quatro emissoras universitárias que divulgam suas atividades acadêmicas (eventos, projetos de pesquisa, entrevistas com professores), assim como a ligada à igreja católica que respondeu que “nossos programas são educativos e evangelizadores”.

Aqui cabe ressaltar que a argumentação dos representantes das emissoras sobre também estarem fazendo educação não é equivocada e nem oposta à ideia de educar, quando pensada apenas como uma atividade capitaneada pelas instituições escolares, embora essas concepções devam estar mais próximas do senso comum do que resultante de uma visão crítica. Além, certamente, de mais cômoda para os dirigentes das TVs. De qualquer forma, uma grande e representativa massa de autores, representada aqui por Vigotski (2001)⁵, Brandão (s/d) e Larrosa (2003), já escancarou a diferença e a importância entre a *educação informal*, aquela realizada no âmbito social, sem a formalidade de instrumentos pedagógicos

⁵ Lev Vigotski foi psicólogo e pesquisador russo, vivendo entre 1896 e 1934 e, portanto, a data de sua obra nesse trabalho refere-se às novas traduções e não representam reflexão contemporânea do autor, ao contrário dos demais citados. Mas, devido a sua importância conceitual, ainda dialoga perfeitamente com a atualidade.

(como currículos e salas de aula) e a *educação formal*, quando “a educação se sujeita à *pedagogia* (a teoria da educação)” (BRANDÃO, s/d: 20 – grifo original). Vigotski (2001), inclusive, acreditava que nossos conceitos espontâneos surgem da primeira, enquanto que os conceitos científicos são originados na segunda.

Educação será, no entanto, um conceito unânime quando da prerrogativa de mudança do sujeito educado ou a educar. “Se não houvesse nada para mudar não haveria nada para educar” (VIGOTSKI, 2001: 140). Nas falas dos representantes das emissoras, o telejornalismo, em especial, e a programação em geral têm um conteúdo jornalístico “direcionado à educação e cultura” e que se “são produzidos com foco na educação e cultura, contribuem para que os valores que existem na pessoa humana venham à tona, apareçam e contribuam para o bem geral.” Estão de acordo, provavelmente sem o saber, com Vigotski (2001) que lembrava que o que se espera da pedagogia é adaptar a criança ao seu meio e que essa “adaptação não deve ser considerada senão do ponto de vista social” (VIGOTSKI, 2001: 278), algo que a emissora parece querer retratar. Um fator importante no ato educativo é a intencionalidade, o querer proporcionar a mudança. Conforme Larrossa (2003:15), “educação é, em muitos casos, um processo em que se realiza o projeto que o educador tem sobre o educando”. O mesmo autor, no entanto, lembra que o processo não é necessariamente automático, dado que educação também comporta a resistência desse sujeito ao que deve ser educado.

Essa discussão, no entanto, pode levar a um paradoxo. Uma vez relativizada a educação, principalmente quando se trata da educação informal que pode acontecer a partir da intencionalidade da emissora em ajudar o seu telespectador a conviver, pode-se entender que *qualquer* TV pode ser educativa. Nesse sentido, a nomenclatura de TV Educativa seria inútil.

A menção de TV educativa é do Decreto Lei 236, de 1967⁶ e apenas a destina “à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates”. Portanto, ao que parece, o legislador visava a um conceito de educação estritamente ligado à educação formal. É certo que a trajetória das emissoras engoliu tal definição, embora a norma permaneça em vigor.

A Constituição de 1988 parece concordar, pois ignora tal nome, originária de regulação anterior e, ao que parece, substitui por novos conceitos como ‘pública’, ‘comercial’ e ‘estatal’, quando prevê a complementariedade do sistema de radiodifusão no seu artigo 223⁷. Pode-se, inclusive, remeter a uma consonância com a dita divisão da educação: enquanto ‘pública’ remeteria a uma possível educação informal (baseada nos interesses sociais e públicos de um bem-estar coletivo); o ‘estatal’ pode ser referendado à educação formal (baseada em instrumentos pedagógicos determinados por uma política de estado). No entanto, tal interpretação é apenas uma conjectura.

Essa TV Educativa poderia, então, extrapolar e, portanto, também ter algum papel na educação formal? Para investigar essa suspeita, perguntou-se se essas emissoras tinham alguma inserção na educação formal de sua cidade, na concepção e atividades formais junto às escolas. Como resultado,

⁶ Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0236.htm

⁷ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

13 declararam que fazem algum tipo de atividade com as escolas da região, sendo que as quatro que afirmaram que não, uma não tem programação local, outra alegou falta de estrutura para tal, outra que tem propostas em estudo e uma quarta “que as escolas não têm interesse”. Foram elencadas 22 formas de participação, sendo a cobertura jornalística das atividades da escola como a principal (Gráfico 2). Esse número pode ser maior, haja vista que essa cobertura pode não ser considerada como uma atividade junto à escola por aquelas emissoras que não declararam assim, uma vez que trataria de algo regular realizado pelo jornalismo em geral.

Apenas uma emissora declarou ter um projeto específico realizado junto às escolas de ensino básico, um programa dedicado exclusivamente a elas. Duas emissoras também têm programas de visitas que agregam uma apresentação didática que mostra aos estudantes como se faz um programa de TV, sendo que uma, inclusive, defende a prática como um estudo da linguagem televisiva. Um destaque será para sete das emissoras que declararam ter parcerias com universidades locais, o que se mostrou uma surpresa e que deve ser incentivada, ao se agregar a uma instituição formal de produção de conhecimento.

Tais resultados apontam um grande distanciamento das TVs da educação formal da localidade onde as emissoras atuam. A cobertura jornalística é muito importante, ainda mais quando as atividades escolares não são prioridade nas pautas dos telejornais das emissoras comerciais tradicionais. Se a TVE pudesse oferecer isso, estar-se-ia diferenciando. Ainda assim, tal postura também pode ser seguida pelas não educativas. Assim, o que poderia distingui-la seria uma atividade mais próxima da educação formal (BRANDÃO, s/d), como citado no parágrafo anterior. Poderia ter um fundamental papel para a educação formal, introduzindo um debate nas escolas ainda restrito no segmento de mídia e educação: as influências e a importância dos meios de comunicação na sociedade e no letramento dos jovens, tanto nos aspectos de entender sua linguagem, seus objetivos, seus potenciais educativos e suas relações de poder, como também de que maneira poderiam esses estudantes apropriarem-se desse conhecimento para a construção de sua própria expressividade, inclusive na produção de produtos próprios audiovisuais. Isso é o que já defendem pesquisadoras como Penteadó (1991), Porto (2000), Baccega (2003), Belloni (2001), Fischer (2006) e Girardello (2014). E a Unesco, desde os anos 1970, reconhece e incentiva a introdução da temática da mídia e educação nos currículos formais, oficializada pela sua primeira declaração em 1982 e, desde então, patrocina projetos de inserção nas políticas de educação dos países afiliados (ELEÁ, 2014).

Gráfico 2: Atividade da TVE junto às escolas da cidade

Fonte: Dados da pesquisa.

Por fim, depois de tudo, perguntou-se aos representantes se eles consideram que sua emissora é mesmo educativa e não houve quem discordasse. Foi solicitado que justificassem sua resposta (Quadro 3). Considerou-se que elas consolidam as análises até aqui feitas, principalmente no que tange à educação informal como o papel principal da emissora. Acredita-se que, sendo um veículo de divulgação para a educação formal, realizam seu papel social dentro do sistema educacional, uma intencionalidade de formação cidadã, inclusive no aspecto da crítica social. Mas também existe uma ênfase em se manterem distantes das emissoras comerciais, principalmente no aspecto de comercialização dos seus espaços publicitários.

Quadro 3: Respostas que justificam, pelas TVs, se é educativa

Faz programação com conteúdo educativo, não estimula a utilização de álcool, não exhibe os preços dos produtos.

Trabalhos com a comunidade.

Os comerciais são os mesmos da Rede Minas, exhibe alguns programas como “Que bicho é esse?”. Não vende comerciais, exhibe apenas algum apoio comercial.

Conteúdo educativo, programas religiosos.

Antes de exhibir algo, a emissora pensa no bem da cidade, o que pode ser acrescentado para o cidadão.

Abrangemos todos os níveis de ensino, promovendo o desenvolvimento técnico científico, artístico e cultural, ensino e esportivos ..., visando à melhoria da educação e cultura, divulgando eventos [da] região, utilidade publica economia, etc.

Justamente por dar espaço irrestrito à divulgação de projetos educativos e culturais [garantir] á população regional o acesso a notícias locais, ligadas a fatos de interesse público, de promoção da cultura e da ciência. Em 2016, o momento é de transformações no jornal e de projetos para novos programas educativos. As reportagens continuam a abordar temas que levam caráter educativo. Os temas de interesse público e de utilidade para região também permanecem entre as prioridades do jornal.

Os programas têm essa finalidade.

Porque nossa emissora contribui na formação de profissionais para o mercado de trabalho e na melhoria da capacitação de jornalistas. Além de levar através do sinal de retransmissão informações que ajudam na formação do pensamento crítico do telespectador.

Todo o nosso conteúdo e criteriosamente criado e aprovado pela [universidade parceira], parceira do nosso grupo.

Sempre pautamos nas boas práticas e estamos sempre atentos a solicitações de nossa comunidade, proporcionando interação entre as pessoas.

Porque é a filosofia da emissora.

Retransmitimos uma emissora educativa e os programas locais são de natureza socioeducativa.

Conteúdos e programas da emissora contêm as atividades de ensino, pesquisa e extensão da (...) como também atividades culturais da cidade e região.

Fonte: Depoimentos para a pesquisa. Foram retiradas informações que poderiam ajudar na identificação.

Se isso, no entanto, é o suficiente para que essas emissoras sejam consideradas efetivamente educativas, deve-se perguntar para o outro lado da transmissão.

A VOZ DAS ESCOLAS: QUE TV EDUCATIVA?

Por parte significativa dos representantes das emissoras ouvidos neste estudo, suas TVs cumprem o seu papel educativo, fazendo jus a seu nome. Mas será que as escolas, representantes principais da educação formal, enxergam essas emissoras como educativas? Afinal, imaginando-se a educação como um amplo sistema, não deveriam estar em rede e colaborando mutuamente, TVE e escola, para uma educação plena, com complementariedade entre suas vocações e objetivos?

Portanto, este trabalho também buscou dar voz às escolas sediadas nos municípios onde estão localizadas as emissoras de televisão educativa elencadas nesta pesquisa. Tentar entender quais as percepções que seus educadores têm dessas emissoras. Para isso, foi estruturado um questionário via internet, com questões abertas e fechadas. A lista oficial das escolas do

Estado de Minas Gerais, fornecida pela página da Secretaria da Educação⁸, apontava 17.200 escolas. Para se chegar ao número do universo pesquisado, a opção foi selecionar as escolas públicas estaduais, com ensino fundamental e/ou médio, em regiões urbanas. As opções referem-se a pesquisar dentro de um sistema educacional com uma política unificada, com viés público (dada a própria discussão em torno da TV educativa), nas séries do ensino básico, e no centro urbano, haja vista que os sinais de TV nem sempre são adequados para as regiões rurais. Após essa seleção, o filtro final foram as escolas dos municípios das 33 cidades que comprovadamente tinham TVE, no total de 495 instituições.

No entanto, se o retorno obtido na abordagem às emissoras foi considerado satisfatório para a construção do estudo empírico, o mesmo não ocorreu com as escolas. Das quase quinhentas, apenas 15 escolas retornaram o questionário (3%). De positivo, as escolas respondentes eram de 10 das cidades pesquisadas onde havia TVE.

O primeiro resultado já demonstra um afastamento entre as duas instituições: das 15 escolas, 12 declararam que sequer conhecem a existência de uma TV educativa na cidade. Em dez dos municípios de escolas respondentes, sete coincidiram com as cidades onde o representante da TV Educativa respondeu ao questionário. Destas, apenas *uma* escola declarou conhecer sua TVE. Ou seja, as televisões, que se consideram educativas, não compartilham dessa mesma impressão em relação à escola local. Portanto, vai se caracterizando um grande distanciamento entre as duas instituições, que será confirmado em novos dados.

Após essa primeira pergunta, no entanto, o questionário deixa claro que há uma TVE na cidade e solicita que analisem as relações da emissora com a escola⁹. O distanciamento é mais uma vez apontado quando, das seis escolas que avaliaram como seria essa relação, cinco responderam como inexistente ou fraca. Cinco responderam que não há qualquer contato, o mesmo número que aponta que eles não fazem reportagens sobre a escola, contra um que respondeu positivamente a essa iniciativa, mas que, ainda assim, não abrange o que a escola tem de melhor. Para cinco que responderam em que parte da grade de programação as escolas aparecem na TV, três disseram que não aparecem em nenhum programa, contra dois que apontaram os telejornais. Perguntado se houve, há ou está em projeto alguma proposta de trabalho conjunto com a emissora, não houve qualquer manifestação nesse sentido. Apenas uma apontou cobertura jornalística dos eventos da escola no passado. Deve-se lembrar de que, na fala das emissoras, majoritariamente, respondeu-se que tinham atividades com a escola, com mais de 20 formas de participação. Nada disso apareceu nos relatos das escolas.

Para entender a abrangência da emissora, foi perguntado se acreditam que a comunidade acadêmica assiste regularmente à TV educativa local: dos sete respondentes a essa pergunta, seis disseram que nunca ou raramente. Mas, ao que parece, parte tem uma impressão positiva da programação, já que três consideram alguns dos seus programas educativos, especificando dois originários da cabeça-de-rede educativa (um infantil, outro de entrevista), um genérico “TV cultura” (nome de uma das programadoras nacionais), outros locais (mas sem mencionar quais) e “aquele que oferece

⁸ Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/parceiro/lista-de-escolas>

⁹ O questionário para os professores era aberto e não havia obrigatoriedade para se responder a todas as perguntas. Assim, não há coincidência de respondentes a todas as questões, variando conforme a pergunta.

algum tipo de informação”, aqui, a única resposta que coincide com a concepção de educação dada por alguns dos representantes das emissoras.

“Por que a informação é o primeiro recurso para a construção de conhecimento, o que se associa diretamente a processos educativos”, respondeu um dos representantes escolares, quando solicitado a justificar sua resposta se acredita que, afinal, a TV é ou não educativa. Essa questão foi respondida pelos 15 respondentes e houve uma divisão nas opiniões: cinco consideraram que sim; cinco, não; três, nem sempre; e dois responderam que não sabiam opinar. Os que creditam educação à emissora usam o mesmo argumento acima, a informação como fator educativo. Mas aqueles que a julgam não educativa, ou somente em determinadas ocasiões, acham pouco. “Boa parte das notícias são apenas de cunho informático” (sic), “sua programação não remete aos seus espectadores uma abrangência educativa” e “o pouco envolvimento com atividades educativas se dá quando a emissora é solicitada a cobrir eventos realizados pela escola” foram frases que demonstram o afastamento da educação pelos educadores.

Instigados a opinarem sobre o porquê desse afastamento entre TV e escola, a falta de divulgação da própria emissora é apontada como a principal causa, seguida, de perto, pela ausência do envolvimento delas nas práticas educacionais formais locais e, também, por problemas técnicos de recepção do sinal. Ao final, foi solicitado, caso quisessem, que se apresentassem propostas para melhorar essa relação. Como foram apenas quatro os que se propuseram, vale o registro:

- *Deveríamos ter uma programação voltada para documentários que abordassem a cultura local, que abordassem temas locais de interesse socioeducativo (questões locais sobre a falta d'água, o destino do lixo doméstico de nossa cidade, etc.);*
- *Ter uma programação que abrange (sic) as escolas em discussões de temas acerca da educação e sociedade;*
- *Acredito que uma TV para se considerar educativa, pode se envolver mais nas questões de interesse da comunidade local. Manter uma relação mais próxima com a escola não só na divulgação dos projetos que a escola desenvolve, mas na promoção de projetos educativos também, como, por exemplo, projetos voltados para o incentivo à leitura, aos cálculos, ao esporte e laser, à cultura, etc.;*
- *Com programas e reportagens ligados diretamente à escola de modo que os nossos alunos e profissionais possam sentir-se valorizados.*

A pouca participação das escolas na pesquisa não deve tirar o mérito daqueles que responderam e, portanto, deram contribuições como as citadas acima. Aliás, essa pouca participação pode, inclusive, ser reflexo justamente desse grande afastamento. Para quê e como responder sobre algo que desconheço? No entanto, as respostas daqueles que se propuseram a ajudar demonstram que há soluções, e elas partem do trabalho não necessariamente conjunto, mas que amplie algo que, ao que parece, as emissoras acreditam que já fazem, mas que as escolas desconhecem: a divulgação local das singularidades socioculturais daquela cidade. O que as escolas pedem é que a educação seja um norteador e, em consequência, a escola e tudo em seu entorno. Observa-se que não há uma cobrança sobre

uma educação formal e didática, mas um convite ao inverso, para que elas sejam chamadas para a pauta, no jargão jornalístico, ou seja, sejam temas ou fontes do que municia a cobertura e a programação da emissora.

CONCLUSÃO

De um lado, nas respostas dadas pelos representantes das emissoras educativas escutados pelo presente estudo, todas se veem como educativas. Por outro, as escolas parecem não acreditar nisso. Essa discrepância de opinião, como se viu, está associada ao ponto de vista de ambos os segmentos sobre, afinal, o que é ser educativo.

Então, o que seria ser uma boa TV educativa? A TV educativa ideal seria aquela que estivesse em amálgama com a educação local? Dadas as grandes dificuldades financeiras e operacionais das duas entidades, dependeria de grande esforço de ambas, embora perfeitamente possível para algumas delas. O ideal, no entanto, seria um trabalho conjunto, uma parceria por meio da qual ambas ganhassem. De um lado, a escola ampliando os olhares de seus educandos. Do outro, a emissora apresentando essa TV desconhecida a um novo público, inclusive possibilitando a sua participação mais efetiva. Na primeira parte da pesquisa, descobre-se certa complexidade nessa relação.

É importante lembrar que a legislação – e, portanto, a sociedade – não cobra nada diferente de sua TVE. Há, sim, uma série de outras atribuições que essas emissoras deveriam estar fazendo, mas que igualmente não encontram respaldo nem na fiscalização, nem nas políticas públicas de comunicação. Portanto, as televisões educativas se mantêm na sua área de conforto. Não é o que se espera de alguém que se propõe ser educador, mas também não é algo condenável, haja vista que não se oferecem meios e se cobram metas sociais para que mudem suas rotinas (MAGALHÃES; COSTA; MAGALHÃES, 2016: 79).

Há um grande espectro multidimensional para se considerar se a TV tem desempenhado esse papel educativo. Essa pesquisa especificamente quis entender isso pelo aspecto relacional entre a escola e a emissora, em especial no levantamento dos projetos desenvolvidos em comum. Tais atividades já comprovariam alguma atuação pedagógica e didática das emissoras em seu ambiente social. Por outro lado, nos lugares onde não acontece essa interação, tentar entender o porquê as emissoras se mantêm distantes das escolas. Mas, pelo o que se viu, elas simplesmente não estabelecem contatos.

Não somente a atuação de uma emissora junto às escolas a faz “educativa”. O que se pretendeu aqui foi estabelecer contextos e propostas para que, também, a TVE possa trabalhar junto com as escolas. Nesse sentido, entendendo e divulgando os projetos de sucesso, serviria de incentivo para aquelas que ainda precisam, não só de exemplos, mas também de boas ideias. Foram pequenas as respostas, mas elas podem levantar questões ainda maiores.

REFERÊNCIAS

BACCEGA, Maria A.. Televisão e escola: uma mediação possível? São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003. (Série Ponto Futuro; 14)

BELLONI, Maria L.. O que é mídia-educação. Campinas: Autores associados, 2001. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 78)

BRANDÃO, Carlos R. O que é Educação. São Paulo: Círculo do Livro; Editora Brasiliense, s/d.

ELEÁ, Ilana. Agentes e Vozes: um panorama da Mídia-Educação no Brasil, Portugal e Espanha. Gothenburg/Sweden: The International Clearinghouse on Children, Youth and Media, 2014.

I FÓRUM NACIONAL DE TV'S PÚBLICAS: diagnóstico do campo público de televisão. Caderno de debates. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

FISCHER, Rosa M. B.. Televisão & Educação: fruir e pensar a TV. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006 (Coleção Temas & Educação).

GIRARDELLO, Gilka. Crianças fazendo mídia na escola. Desafios da autoria e da participação. In: ELEÁ, Ilana (ed.). Agentes e Vozes: um panorama da Mídia-Educação no Brasil, Portugal e Espanha. Gothenburg/Sweden: The International Clearinghouse on Children, Youth and Media, 2014. p. 21-28.

LARROSA, Jorge. Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MAGALHÃES, Cláudio M.; COSTA, Izabella F.; MAGALHÃES, Luiz C. F. S.. Concepções sobre TVE e um estudo sobre as TVs educativas e as escolas em Minas Gerais. In: NAGAMINI, Eliana (org.). Comunicação e Educação. Processos educativos na Interface comunicação e educação. Santa Cruz/BA: Editus, 2016. p. 67-82.

PENTEADO, Heloísa D.. Televisão e escola: conflito ou cooperação? São Paulo: Cortez, 1991. (Coleção educação contemporânea)

PORTO, Tânia M. E.. A televisão na escola... Afinal, que pedagogia é esta? Araraquara: JM Editora, 2000.

VALENTE, Jonas. Sistema público de comunicação no Brasil. Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus; Intervezes, 2009. p. 269-289. (Coleção Comunicação).

VIGOTSKI, Lev S.. Psicologia Pedagógica. São Paulo: Martins Fontes, 2001. (Psicologia e pedagogia).

VIZEU, Alfredo. A sociedade do telejornalismo. Petrópolis: Vozes, 2008.